

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Política de gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras ("Política de Gestão de Riscos") está aderente às novas demandas de conformidade com leis e regulamentos relacionados às práticas de conduta antiética e corrupção, bem como ao framework COSO 2013. O documento foi aprovado pela Diretoria Executiva da holding (Resolução RES-521/2016, de 23/08/2016) e ratificado pelo Conselho de Administração da Eletrobras (Deliberação DEL-170/2016, de 23/09/2016).

Atualmente a Política de Gestão de Riscos encontra-se em revisão, no âmbito do processo bianual de revisão, no qual se verifica, entre outros pontos, sua adequação à Lei das Estatais e ao seu Regulamento.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

i. os riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteger dos riscos inerentes à sua atividade empresarial, que abrangem todos os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Devido a estrutura reduzida da Companhia, a Administração optou pela não implementação de uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos.

iii. estrutura organizacional de controle

A Administração adota uma estrutura de controle que envolve a Companhia como um todo. Essa estrutura é composta pelo:

- 1) Conselho de Administração, que compete a fixação da orientação geral dos negócios da ELETROPAR, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos;
- 2) Conselho Fiscal, de caráter permanente, que compete, dentre outras funções, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- 3) Diretor Financeiro, de gestão e de Relação com Investidores, que compete, dentre outras funções, propor diretrizes e planos de negócios para a ELETROPAR, de acordo com perfil de rentabilidade e risco da empresa;
- 4) Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 5) Gerente de Compliance, vinculado ao Conselho de Administração, tem como objetivo garantir o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte da Eletropar e seus Colaboradores, Representantes, sócios de joint venture e outras afiliadas.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado**

Devido a estrutura reduzida da Companhia e as características de suas operações, (empresa de participações), a Administração optou pela não implementação de política de gerenciamento de riscos de mercado.

A Eletropar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e não possui operações associadas a instrumentos derivativos tais como "Total Equity Return Swap", entre outros.

A Companhia entende que a sua estrutura de controle interno está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Controles internos

(a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia. A Administração não realiza procedimentos específicos para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Devido às limitações inerentes, os controles

Internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros.

A Administração concluiu que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Departamento de Contabilidade e Orçamento – principal área responsável pelas demonstrações financeiras, subordinada ao Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores, responsável pelo estabelecimento da adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas pela Auditoria Interna.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2021, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e dos auditores, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não tendo sido identificadas deficiências ou

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes (Nota 8)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletronet S.A. ("Eletronet") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletronet e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletronet e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletronet, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletronet. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletronet.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletronet integralmente provisionado (Nota 10).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletronet e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletronet e as empresas cedentes.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Programa de Integridade

- a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

As ações da empresa para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do Programa de *Compliance corporativo*, definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras.

No segundo semestre de 2016, a empresa estruturou o programa “Eletrobras 5 Dimensões” que representa o compromisso da administração da holding e de suas empresas, com a implantação de diretrizes e práticas rotineiras para lidar com os temas de fraude, corrupção e conduta antiética. Ele operacionaliza o Programa de Compliance através:

- do desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
- da análise periódica de riscos de fraude e corrupção;
- da estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- da definição de ações de comunicação e treinamento;
- do monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O aprimoramento do programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as**

Os procedimentos de integridade adotados pelas Empresas Eletrobras estão previstos, principalmente, em seu Código de Ética e pela Política Anticorrupção, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

- (ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Auditoria Interna foi aprovada na 5ª Reunião do Conselho de Administração da empresa, de 09 de Julho de 2008 e está ligada diretamente ao conselho de administração. Suas principais atribuições:

- Realizar os trabalhos de auditoria previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e emitir relatórios indicando, quando for o caso, as não-conformidades constatadas e as recomendações para corrigi-las, bem como acompanhar a implementação das respectivas ações corretivas;
- Avaliar as minutas de normas e de suas revisões, sob os aspectos de controle Interno.
- Coordenar, orientando e prestando apoio às demais unidades organizacionais da empresa, o atendimento à Controladoria-Geral da União – CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU, e aos demais órgãos de controle, no que concerne às solicitações de informações, diligências e auditorias realizadas por tais órgãos, bem como monitorar as ações destinadas ao atendimento das determinações e recomendações por eles emanadas;

A área de Conformidade da empresa foi definida no novo estatuto aprovado em AGE de 24 de janeiro de 2018, em adequação a nova lei das estatais. Suas atribuições estão definidas abaixo:

I - a gestão da conformidade no que se refere à adequação a leis, normas e conduta ética;

II - a gestão de riscos corporativos; e

III – a gestão do ambiente de controles internos.

Apesar da área de conformidade está prevista no estatuto a única atribuição exercida pela ELETROPAR hoje é a gestão de conformidade que funciona de forma integrada com a auditoria da empresa.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia deve observar o Código de Ética, conforme descrição constante do item **i.A** acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e de Conduta é o principal documento norteador da atuação das Empresas Eletrobras, ao expressar e reforçar os compromissos que assumem com seus públicos de relacionamento e formaliza os princípios da conduta profissional no ambiente de trabalho e nas relações de negócios, abordando a governança corporativa, transparência, legalidade, combate à corrupção, tráfico de influência, concorrência, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Os empregados tomam conhecimento do Código de Ética logo após a sua contratação. E o mesmo é disponibilizado para todo o público de relacionamento da companhia, desde a contratação de fornecedores a alta administração da empresa.

•se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Eletrobras Holding promove treinamentos frequentes acerca do tema através de sua Universidade corporativa para todas as empresas do grupo, seja online ou de forma presencial, para colaboradores, diretores, conselheiros e outras áreas da empresa.

•as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

O código de ética Eletrobras é um conjunto de diretrizes de conduta, e de orientação de comportamento ético para todo o público de relacionamento da companhia não havendo medidas de sanção corporativa previstas nele descrita.

•órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de ética do sistema Eletrobras foi aprovado internamente na ELETROPAR por Resolução de Diretoria de 07 de fevereiro de 2017. Em 2018 o código de ética foi atualizado pela Eletrobras holding e disponibilizado para as suas subsidiárias. A Eletropar disponibiliza o código de ética em seu site através do endereço www.eletropar.com.br

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O sistema Eletrobras possui um canal de denúncia centralizado para todas as empresas do grupo.

•se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

As informações registradas no canal de denuncia serão recebidas por uma empresa independente e especializada, a ICTS, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela a Eletrobras, sem conflitos de interesses.

•se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

denúncias somente de empregados

O serviço está disponível para empregados, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços, contratados, fornecedores e todas as pessoas (sociedade em geral) que queiram relatar uma denúncia ou conduta indevida identificada nas empresas Eletrobras.

•se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé

As informações registradas no canal de denuncia são recebidas assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela ouvidoria da Eletrobras, não é necessário fornecer informações pessoais para realizar uma denúncia, ela pode ser anônima.

Não há perseguição ou represália aos denunciante, uma vez que toda informação é mantida em sigilo.

•órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Todas as denúncias registradas são recepcionadas pela empresa especializada contratada ICTS, que é responsável por classificar por tema e por nível de prioridade cada uma das denúncias e encaminhar para tratamento do Comitê do Sistema de Integridade da Eletrobras, prezando sempre pelo sigilo das informações do denunciante.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**5.5. Alterações significativas**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, bem como no monitoramento que é realizado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Comentários dos diretores

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2021	2020
Liquidez Geral	2,15	2,31
Liquidez Corrente	2,89	3,01
Endividamento total sobre Ativo	15,31%	18,02%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	10,37%	22,22%
Margem Líquida	82,45%	181,45%

No exercício findo em 2021, identifica-se que 97,6% do ativo da Companhia é representado por disponibilidades financeiras e investimentos em outras companhias. Tais ativos são as principais fontes de receita da Companhia, compostas por rendimentos decorrentes das aplicações financeiras e dividendos, juros sobre o capital próprio e equivalência patrimonial das participações societárias.

b. Estrutura de capital:

A estrutura de capital da ELETROPAR nos períodos analisados apresentou os seguintes indicadores:

	2021	2020	2019
Capital de Terceiros	15,31%	18,02%	24,10%
Capital Próprio	84,69%	81,98%	75,10%

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de endividamento da Companhia é de 15,31% e seu saldo de Caixa e equivalentes monta em R\$ 82.839 mil em 31 de dezembro de 2021.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e investimentos da Companhia decorrem das receitas oriundas de suas aplicações financeiras e do recebimento de dividendos e JCP das participações societárias mantidas em outras companhias. A Companhia não se alavanca no mercado e utiliza capital próprio para realizar os seus investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Não aplicável.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Não aplicável.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Redução dos valores aplicados no Fundo Extramercado, em 26,6%, que passou de R\$ 92.442 mil em 2020 para R\$ 73.009 mil em 2021, em função dos investimentos realizados no mercado de capital, sem haver a necessidade de resgates para pagamento das despesas operacionais da Eletropar.

Aumento de 8,43% nos ativos fiscais a compensar, que passou de R\$ 3.727 mil em 2020 para R\$ 4.041 mil em 2021, referente à retenção de imposto de renda sobre os ganhos com aplicação financeira e com juros sobre o capital próprio.

Aumento de 14% nos investimentos avaliados ao valor justo, que passou de R\$ 55.830 mil em 2020 para R\$ 63.632 mil em 2021, por meio de outros resultados abrangentes. Vale destacar que em 2021 houve a venda de 100% das ações da Light detidas pela Eletropar, gerando um lucro líquido após impostos de R\$ 3.691 mil, integralmente distribuído para os acionistas em julho de 2021.

Quanto aos investimentos em coligadas, houve uma valorização de 17,5%, em função da apuração de lucro líquido nas investidas CTEEP e EMAE, passando de R\$ 89.067 mil em 2020 para R\$ 104.636 mil em 2021.

No exercício de 2021 foram realizadas novas aquisições de ações de ações da CTEEP (TRPL4) e TAESA (TAEE11) para compor a carteira de renda variável da Eletropar.

O contas a pagar, reconhecido no passivo circulante, reduziu em 19%, em virtude da remuneração aos acionistas, que passou de R\$ 34.350 mil em 2020 para R\$ 28.647 mil em 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A conta de Pessoal e Honorários sofreu uma redução de 28,7% em função do retorno do pessoal cedido da Holding que prestava serviço na Eletropar, passando de R\$ R\$ 3.120 mil em 2020 para R\$ 2.225 mil em 2021.

A conta de Serviços de Terceiros aumentou 89,3%, passando de R\$ 903 mil em 2020 para R\$ 1.710 mil em 2021 em função da contratação de serviços especializados para realizar *due diligence* jurídico e contábil na Eletronet e também pela contratação de mais um colaborador terceirizado para ocupar o posto de trabalho deixado em aberto por um colaborador cedido que retornou à Eletrobras.

O lucro líquido do exercício reduziu 105%, passando de R\$ 45.260 mil em 2020 para R\$ 22.046 mil em 2021. O lucro de 2020 foi motivado pela reversão de provisão da operação da Eletronet.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
(em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes Caixa	5	3.811	182
Títulos de Valores Mobiliários	6	73.009	92.442
Remuneração dos investimentos	7	1.978	7.108
Ativos fiscais a compensar	9	4.041	3.727
Outros Créditos		-	79
		82.839	103.538
INVESTIMENTOS	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		104.636	89.067
Avaliados a valor justo		63.632	55.830
IMOBILIZADO		40	6
INTANGÍVEL		-	2
		168.308	144.905
TOTAL DO ATIVO		251.147	248.443
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas		2.074	9.703
Contas a pagar	11	22.660	22.665
Tributos e contribuições sociais		738	1.615
Obrigações estimadas		754	367
Dividendos a pagar		2.421	-
		28.647	34.350
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	9.805	10.411
		9.805	10.411
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		118.055	118.055
Reserva legal		8.425	7.138
Dividendo adicional proposto		18.338	9.251
Ajustes de avaliação patrimonial		14.581	15.942
Reserva de lucros a realizar		14.790	14.790
Reserva retenção de lucros		38.506	38.506
		212.695	203.682
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		251.147	248.443

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas de Resultado de 2021 e 2020.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS OPERACIONAIS			
Dividendos		2.811	488
Juros sobre capital próprio		1.788	532
Equivalência Patrimonial	10	21.602	23.679
Outras		539	245
		<u>26.740</u>	<u>24.944</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal/honorários		(2.226)	(3.120)
Materiais e produtos		(26)	(3)
Viagens, condução e treinamento		(26)	(23)
Serviços de terceiros		(1.710)	(903)
Propaganda e publicidade		(631)	(633)
Tributos e contribuições		(965)	(656)
Aluguel, condomínio e IPTU		(367)	(240)
Provisões operação Eletronet	8	-	23.327
Outras		(73)	(140)
		<u>(6.024)</u>	<u>17.609</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>20.716</u>	<u>42.553</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras		2.705	3.347
Despesas financeiras		(1.320)	(640)
RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.385</u>	<u>2.707</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>22.101</u>	<u>45.260</u>
Corrente	12	(55)	-
Diferido			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14	<u>22.046</u>	<u>45.260</u>
LUCRO POR AÇÃO			
Básico e Diluído		1,87375	3,84704

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em Lei).

No exercício de 2021, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 22.046 inferior ao resultado apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve lucro líquido de R\$ 45.260.

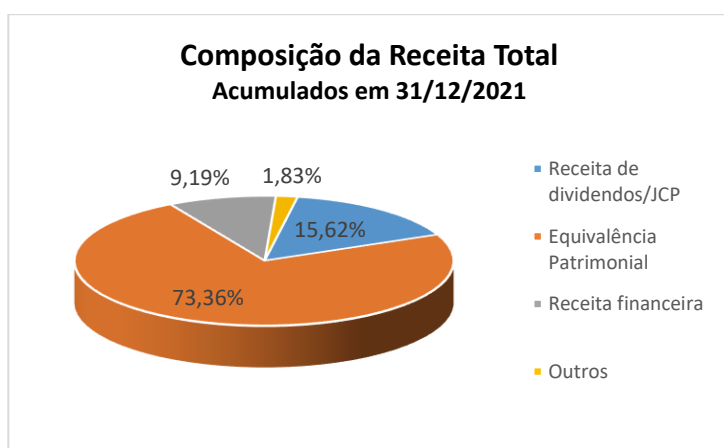
No exercício de 2020 houve a reversão da provisão para perda na Eletronet, que gerou um resultado positivo de R\$ 23.327. Se for desconsiderado este ajuste contábil o resultado de 2021 foi 0,5% superior ao exercício de 2020.

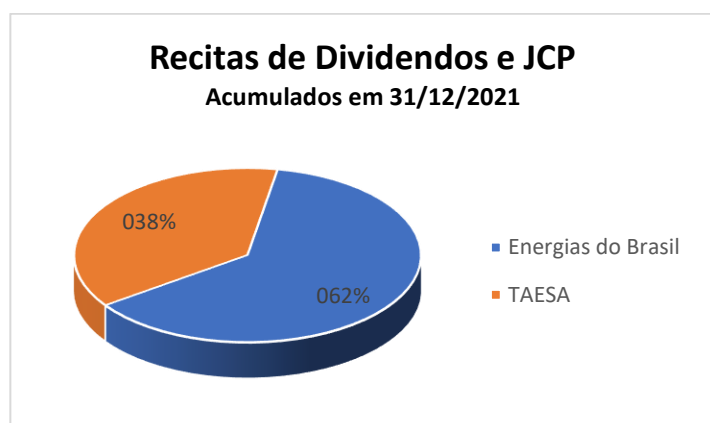
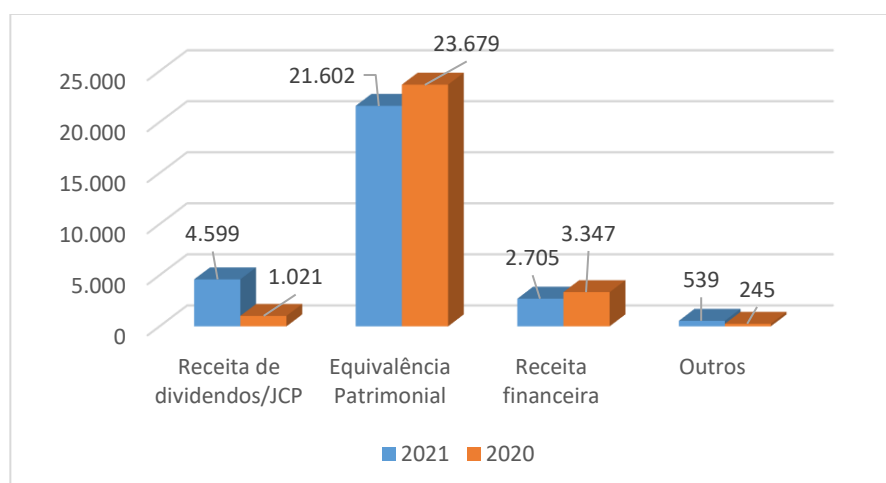
As receitas líquidas totais de 2021, no montante de R\$ 26.740, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 7,2% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2020, estas no montante de R\$ 24.944.

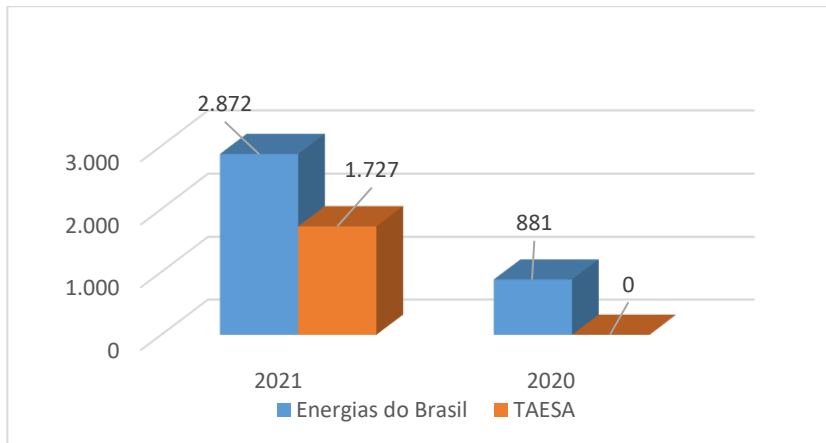
O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (EDP Energia e TAESA) que são avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

O gráfico a seguir traz a composição das receitas líquidas no exercício social de 2021.

Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total:



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Gráfico 2: Comparativo 2021 versus 2020 – Receitas Líquidas Totais**

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Gráfico 3: Comparativo****2021 versus 2020 - Receita de Dividendos/JCP por investida**

O Resultado Financeiro em 2021, no montante de R\$ 1.385 mil, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica, apresentou redução de 48% quando comparado ao apurado no exercício de 2020, cujo valor foi de R\$2.707 mil. Tal efeito pode ser explicado pela queda da taxa SELIC que rentabiliza os fundos extramercado.

Em relação às Despesas Operacionais houve reversão de provisões referente ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet.

Excluindo os montantes referentes à constituição e reversão de provisões, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 5.718, no exercício de 2020. Observa-se uma ligeira elevação de 5,4%, em relação ao período de 2021, quando seu valor foi de R\$ 6.024. Este aumento justifica-se, em virtude de despesas com tributos, publicidade legal, serviços de terceiros e aluguel, condomínio e IPTU associados com a sede da Eletropar.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até a data deste Formulário de Referência não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia além daqueles já divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

O Resultado Financeiro em 2021, no montante de R\$ 1.385, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações nos Fundos Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica, apresentou redução de 41,37% quando comparado ao apurado no exercício de 2020, cujo valor foi de R\$ 2.707. Tal efeito pode ser explicado pela variação na taxa Selic que rentabiliza os fundos.

Em relação às Despesas Operacionais houve reversão de provisões referente ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet. Já no exercício de 2021, houve a constituição de perda com crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 2.272. Estas reversões e provisões estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

Excluindo os montantes referentes à constituição e reversão de provisões, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 6.024 no exercício de 2021. Observa-se um aumento de 5,35% em relação ao período de 2020, quando seu valor foi de R\$ 5.718. Este aumento nominal é inferior à inflação acumulada de 10,06% em 2021, medida pelo IPCA.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Eletropar, referentes ao exercício de 2021, constam como principais assuntos de auditoria:

Direitos e Obrigações com a Eletronet e empresas cedentes (Nota 8)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletronet S.A. ("Eletronet") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletronet e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletronet e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletronet, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletronet. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletronet.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletronet integralmente provisionado (Nota 10).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletronet e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletronet e as empresas cedentes.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e julgamentos contábeis para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores quando provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está reconhecida em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, em conformidade com as normas vigentes.

Portanto, os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nas Demonstrações Contábeis podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021. Com base nesta avaliação, a Administração entende que, em 31 de dezembro de 2021, os controles internos da Companhia referentes à preparação das demonstrações contábeis são eficazes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes PriceWaterhouseCooper Auditores Independentes não identificaram, durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Distribuição de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

O Conselho de Administração da companhia aprovou em 28 de dezembro de 2020 o Plano de Negócios e Gestão - PNG para o período 2021-2025.

O PNG 2021-2025 visa definir diretrizes plurianuais a serem seguidas pela companhia, tendo em vista suas atribuições atuais, com ênfase nos seus investimentos. No exercício de 2021, este PNG 2021-2025 foi revisado e ajustado para o período 2022-2026, sendo aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 Outros fatores com influência relevante**

A Companhia não possui outros fatores com influência relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

Não há na Eletropar despesas com patrocínio, parcerias e convênios. As despesas com publicidade correspondem apenas as despesas com publicidade legal, que são as despesas com publicações das demonstrações financeiras, edital de licitação, extrato de contrato e edital de convocação de Assembleia.

Segue abaixo as despesas com publicidade Legal (R\$ mil):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Publicidade legal	631	633	686